



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA (35ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos três dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Quinta (35ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 31 de outubro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Leonardo David Zaniboni (10), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador. Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do *Requerimento nº 580/2014*, subscrito pelo *Vereador Leonardo David Zaniboni*, solicitando, “com base nos Artigos 81, I, “c”; 156, I, e 167, § 1º, do Regimento Interno vigente, *justificativa de falta* para a data, *por nojo*, conforme atestado de óbito anexo”, o que foi aprovado, pela Casa, sem voto discordante dos presentes. Posto isto, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Trigésima Terceira (33ª) e Trigésima Quarta (34ª) Sessões Ordinárias, realizadas ambas em 20 de outubro de 2014, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Neste ponto, às 18h48, solicitou a palavra, *Questão de Ordem*, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para solicitar suspensão dos trabalhos, a fim de receber, em Plenário, a senhora *Rosana J. M. B. de Azevedo, membro do Centro de Documentação Histórica – CEDOCH de Mogi Mirim*, para, na ocasião, tecer explicações sobre o Projeto de Lei nº 91/2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, ausente da sessão. Para cumprimento desta providência, a sessão foi suspensa às 18h48, e reaberta às 18h59 horas. Na sequência, o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 108, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “estabelecendo, no âmbito do Município de Mogi Mirim, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticam maus-tratos aos animais e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 109, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, “instituído o Dia do Bombeiro Municipal, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 110, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, acompanhado de Mensagem nº 91/2014, datada de 15/10/2014, objeto do Ofício nº 91/2014, de igual data, “instituindo o Programa Adote o Verde, no âmbito do Município de Mogi Mirim, para os fins que especifica, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 111, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 95/2014, datada de 31/10/2014, objeto do Ofício nº 95/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder outorga onerosa para fins de aprovação de projeto de edifício residencial multifamiliar, em área de terreno de propriedade de Ana Tereza Mazon e Maristela Mazon Albejante, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Resolução nº 07, de 2014, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “autorizando antecipar devolução de saldo de Banco e Caixa, duodécimo, ao Poder Executivo e dando outras providências”; 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao senhor Anderson Aparecido Mendonça”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2014, da Sra. Vereadora Daniela Dalben Mota, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Dr. João Paulo Frazon Baione”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Professor José Vicente Gonçalves”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nº. 91 e 95/2014, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 110 e 111/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº. 563, de 2014, do Vereador Luís Roberto



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Tavares, solicitando, “seja oficiado o Secretário Municipal de Saúde, Gérson Rossi Junior, para que informe sobre a falta de insumos para coleta de exames na rede básica de saúde”; n.ºs. 564, 567, 573 e 579, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação n.º 06/2009 e o requerido no Requerimento n.º 293/2014, para pintura de solo, faixa de pedestres e placas de sinalização, para inibir a velocidade na Avenida Alcindo Barbosa, no Parque da Imprensa”, “sejam convidados o senhor Eduardo Zornoff, Gerente de Relações da Elektro S/A, e um representante do Poder Executivo, com conhecimento do assunto, para comparecerem no Plenário da Câmara, no dia 10 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de prestarem esclarecimentos sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para prorrogação de prazo, para negociação dos IPTUs, em atraso, para que se estenda até o dia 28 de novembro próximo futuro” e “seja convidado o senhor Jeferson Rubens Boava, Presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, para comparecer no Plenário da Câmara, no dia 17 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de prestar esclarecimentos sobre o projeto de segurança bancária nas agências de Mogi Mirim”; n.º. 565, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação n.º 269/2013, para aquisição de uma impressora Braile”; n.º. 566, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiada a senhora Valdelice Moreira de Abreu Souza, Coordenadora do Transporte da Saúde, para que preste esclarecimentos sobre a gestão de tal transporte”; n.º 568, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o pedido no Requerimento n.º 800/2009, para a construção de quadra poliesportiva na EMEB Prof. Bráulio José Valentim, no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Distrito de Martim Francisco”; n.ºs. 570, 571, 577 e 578, de 2014, do senhor Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre projetos de implantação de câmeras de monitoramento na Estação de Tratamento de Esgoto – ETA, monitorando a Rodovia Jorge de Siqueira Franco”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o cronograma de manutenção nas ruas do bairro Chácaras Sol Nascente”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre processo de convênio da Prefeitura com o Centro Regional Universitário de Espírito Santo de Pinhal” e “seja oficiada a Secretária Municipal de Mobilidade Urbana, Senhora Beatriz Gardinalli, para que compareça no Plenário da Câmara, no dia 10 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de informar sobre os radares, recentemente instalados nas vias do Município de Mogi Mirim”; n.º. 574, de 2014, da senhora Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, do processo de sindicância n.º 14.536/2013”; n.ºs. 575 e 576, de 2014, da senhora Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “sejam oficiados o Dr. Fernando Grella Vieira, Secretário Estadual de Segurança Pública, bem como o Sr. Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, Secretário Estadual da Casa Civil, para que procedam vistoria no prédio da Delegacia Pública de Mogi Mirim, a fim de avaliação dos problemas apresentados” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a Tarifa Social”. O Requerimento n.º 572, de 2014, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que estude a possibilidade de doação de uma área, para instalação do Posto do INSS, em Mogi Mirim”, teve discussão solicitada, pelo Vereador Ary Augusto dos Reis Macedo, nos termos do disposto nos Artigos 152, § 3º; e 153, IX do Regimento Interno; (à “Ordem



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 646, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “aquisição, por parte do Poder Legislativo, de uma impressora Braille”; nºs. 647, 648, 649 e 650, de 2014, do senhor Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “limpeza, troca de lâmpadas queimadas e manutenção dos brinquedos quebrados na praça, localizada na Rua Professor Dante Alighieri Vita, no Bairro Jardim do Lago”, “intensificação do policiamento nas Chácaras Sol Nascente”, “providências, para pulverização dos bairros Santa Cruz, Saúde e demais localidades, que apresentem necessidade” e “instalação de placa de identificação na Rua Dr. José de Abreu Prado, Bairro Itapema”; nºs. 651 e 657, de 2014, do senhor Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “implantação de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, na Rua Felício Antônio Di Próspero, no Bairro Jardim Maria Bonatti Bordignon, em frente à Igreja de São Pedro Apóstolo” e “estudos, para retirada dos radares, de 30Km/hora, ou outras medidas cabíveis”; nºs. 652, 653, 654, 655, de 2014, do senhor Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “retirada de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, situado na Avenida 22 de Outubro, próximo ao semáforo com a Avenida Brasil”, “manutenção em redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, situado na Rua 09, do bairro Chácaras Sol Nascente”, “operação tapa-buracos na Rua Dr. Adolfo Lutz, próximo ao nº 382, no Jardim Nossa senhora Aparecida” e “viabilidade de suporte técnico à Associação dos Moradores das Chácaras Sol Nascente, relativo às câmeras de monitoramento, recentemente, instaladas naquele local”; nº. 656, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “implantação de placas, proibindo passagem de veículos pesados, na Rua Augusto Bianchi, no Parque da Imprensa, haja vista a largura da via”; nºs. 658 e 659, de 2014, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivamente, “operação tapa-buracos na Rua dos Ferroviários, localizada no Bairro Mirante” e “poda de árvores na Praça Ibrantina Cardona, no Jardim Santa Helena”; nº 660, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, “reparos na galeria de águas pluviais na Rua Zelinda Pissinatti Rossi, nas Chácaras Sol Nascente”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 081 e 082, de 2014, do senhor Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos à EPTV – Empresas Pioneiras de Televisão – Campinas, pela comemoração do trigésimo quinto aniversário de fundação” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos aos estudantes do 9º ano das Escolas Estaduais de Mogi Mirim, pela brilhante participação na 36º edição do Torneiro “Benjamim Quintino da Silva”, realizado pelo Rotary Clube, em parceria com a Diretoria Regional de Ensino”; nº 083, de 2014, do senhor Vereador Luís Roberto Tavares, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o elenco e diretoria do Time da Vila Dias Futebol Clube, pela conquista do hexacampeonato da Primeira Divisão do Futebol Amador de Mogi Mirim, no dia 19 de outubro de 2014”; nºs 84 e 85, de 2014, da senhora Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Orlando Sechinato, ocorrido em 28 de outubro último” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Adalberto Rodrigues, ocorrido em 21 de outubro do corrente ano”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, datados de 20 24 de outubro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 516/2014; Indicação nº 581/2014;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 111/2014; Requerimento nº 337/2014; Requerimento nº 423/2014; Requerimento nº 442/2014; Requerimento nº 093/2014; Requerimento nº 501/2014; Requerimento nº 353/2014; Requerimento nº 395/2014; Requerimento nº 322/2014; Requerimento nº 427/2014; Requerimento nº 411/2014; Indicação nº 576/2014; Indicação nº 613/2014; Indicação nº 617/2014; Indicação nº 555/2014; Indicação nº 607/2014; Requerimento nº 399/2014; Requerimento nº 198/2014; Requerimento nº 524/2014; Requerimento nº 497/2014; Requerimento nº 526/2014; Requerimento nº 527/2014; Requerimento nº 534/2014; Requerimento nº 525/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofícios nºs 5924 5985/2014, datados de 03 e 13 de outubro de 2014, subscritos pelo Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, “encaminhando os Requerimentos nºs. 2104 e 2136, daquela Casa de Leis”; (arquite-se); Ofício nº. 287613, de 2014, datado de 13 de outubro do corrente, subscrito pela presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como os primeiros inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa, Daniel Gasparini dos Santos, Osvaldo Aparecido Quaglio e João Antonio Pires Gonçalves, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta se referiu à votação, ocorrida na sessão passada, do Projeto de Lei nº 105, de 2014, do Prefeito de Mogi Mirim, coibindo o uso não racionalizado de água potável no município e estabelecendo multas, para os infratores. A vereadora disse que, ao contrário do que tinham publicado os jornais, os vereadores haviam votado de forma consciente, com conhecimento da matéria, pois todos a haviam estudado, e explicou que os que tinham



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

dado voto favorável, assim tinham procedido, porque a realidade da falta de chuvas era inegável no Estado de São Paulo, como um todo, e mais ainda, na região de Mogi Mirim, e se deveria ter controle racional do uso da água, haja vista a baixa vazão do rio Mogi Guaçu, veio que abastecia também Mogi Mirim. “Seríamos irresponsáveis caso nos colocássemos contra o projeto”, frisou, ao mesmo tempo em que destacou, que várias emendas tinham sido apresentadas ao projeto. A edil do PSB relatou ainda, que o Prefeito pretendia vetar as emendas apostas, aprovadas pela Casa, e expressou sua discordância em relação ao veto, porque era hora da economia de água, a situação era caótica e a emenda apenas estabelecia descontos a quem economizasse mais, como forma de estímulo à economia. Por fim, desde logo, posicionou-se contrariamente ao Projeto de Lei Complementar nº 19/2014, para apreciação na “Ordem do Dia”, aclarando que, embora a Secretaria Municipal de Tecnologia, que se pretendia criar, fosse tema importante, no atual quadro de precariedade financeira da Prefeitura, era contrária a novas contratações, ou aumento de despesas. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que criticou as declarações feitas pelo Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Saúde, Gérson Luís Rossi Junior, publicadas no jornal ‘A Comarca’, no último final de semana. O Vereador destacou a fala do secretário, que havia dito, não tinha mais estrutura para continuar liderando a Secretaria Municipal de Saúde de Mogi Mirim. “Se o vice-prefeito não tem estrutura para continuar liderando o setor de saúde, imaginem a população, que estrutura terá?”, frisou. Prosseguiu, dizendo que o Vice-Prefeito Gérson Rossi tinha pedido para ocupar a pasta; que a cidade estava um caos; que o Prefeito era invisível; que, pior que a invisibilidade do prefeito, era a postura do vice-prefeito, que se escondia e usava o próprio prefeito como escudo, e que, o vice-prefeito se mostrava ‘tão frágil’ agora, o ‘bom moço’, mas não tinha competência para estar à frente da pasta e nem de ocupar o cargo de vice-prefeito. “Se ele está sofrendo com a pressão política, por que ele não pede pra sair agora, uma vez que, no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

jornal, ele afirma que em 2015 vai deixar a Secretaria de Saúde?”, inquiriu e, mais uma vez, questionou: “como pode ser ele não ter estrutura, mas aguentar até 2015?”. Respondeu ele mesmo, afirmando que “enquanto a vaquinha dava leite, bezerro não queria desmamar”. “Agora o vice-prefeito é vítima, quer deixar o barco, mas se mostrou incompetente e não tem personalidade, pois, se ganhou as eleições, que vá até o fim; se ganhou aplausos, divida os problemas que o prefeito e ele assumiram, porque a população está abandonada, a saúde um caos, sem falar dos jornais da Prefeitura, contendo propagandas enganosas, haja vista que, de doze páginas de folhetim, sete delas falam das UBSs, quando, todos nós sabemos, não existem especialistas e as UBSs não funcionam”, explanou. Para encerrar, o Vereador Cinoê Duzo mandou um recado para o Vice-Prefeito Gérson Rossi Junior: “se o senhor já não tem estrutura psicológica, talvez não saiba, mas a Prefeitura tem o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, e eu sugiro que passe por lá, passe no CAPS, e, Gérson, peça pra sair!”, frisou e ainda, arrematou, dizendo: “Gérson, renuncie ontem, porque demorou!”. Como a próxima inscrita, Vereadora Daniela Dalben Mota, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Laércio Rocha Pires, que tomou a defesa do Vice-Prefeito Gérson Rossi Junior, ambos correligionários no PPS. Iniciou, dizendo, que se gritos resolvessem alguma coisa, porcos não morreriam jamais e questionou o que o vereador Cinoê estava fazendo de útil, para contribuir com a melhoria da saúde na cidade. Falou que usar da palavra e dizer coisas na tribuna, era algo fácil, e que ele, orador, não faria a defesa do prefeito, mas sim, a defesa do vice-prefeito e destacou que, de imediato, redigiria uma carta, enquanto Vice-Presidente do Diretório do PPS, em Mogi Mirim, convidando os membros do PPS a se desligarem do Prefeito e a deixarem o governo municipal, inclusive, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, membro da Mesa da Câmara. “Vou redigir a carta e levá-la ao conhecimento do Presidente do PPS, em Mogi Mirim, Dr. Gérson Rossi Junior, porque, é lógico, tudo o que falarmos aqui, o sujeito fará disso



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

gozação na rede social – Facebook, então, estamos numa situação que, se falarmos bem, haverá críticas, e, se falarmos mal, elas também existirão”, destacou. Disse, voltando-se à população, que todos os seus votos haviam sido dados de forma consciente, desde o início de seu primeiro mandato, e que sentia e muito deixar a base governista, desligar-se, mas estava decepcionado com as muitas coisas estabelecidas pelo prefeito, que estavam a desejar, citando, como exemplo, a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, aprovada pela Câmara. O Vereador disse que havia dado voto favorável à matéria, baseado em informações enganosas, dadas pelo prefeito, e que, se o projeto tivesse chegado à Casa, para análise, com uma antecedência de vinte dias, certas coisas não estariam acontecendo. “Minha defesa é que cheguei atrasado, comentaram o projeto comigo, não li, e ocorreu que ‘entrei de gaiato’, então, estou decepcionado, estou revoltado e vou deixar a base governista, realmente”, ratificou o edil. “Independentemente, do que acontece, temos que tomar atitude e o PPS deu dois anos ao Prefeito, para ele executar, e ele não fez nada e vemos a coisa seguir, de mal a pior, porque o Prefeito Gustavo Stupp não respeita o cidadão, portanto, na hora de defender, eu defendo, mas ‘passa moleque’, em mim, o prefeito não dá mais, e ao Presidente da Câmara, peço que exija do prefeito que mande os projetos com prazo para debates, não mais ‘goela abaixo’, para que nunca mais aconteça do jeito como foi com a CIP”, sublinhou e concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que iniciou, falando das proposituras que tinha apresentado, especialmente, requerimento para conserto das galerias de águas pluviais das Chácaras Sol Nascente, o quanto antes, para evitar problemas, quando na estação das chuvas. Depois, comentou sobre o Projeto de Resolução nº 07/2014, lido na sessão em curso, autorizando a Câmara a antecipar a devolução de saldo de Banco e Caixa, o duodécimo, ao Poder Executivo. Relatou que tinha recebido uma ligação telefônica de membros da Mesa Diretiva da Santa Casa, os quais solicitavam o empenho da Câmara para a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

aprovação do citado projeto de resolução, cuja justificativa, mencionava o pagamento aos fornecedores da Secretaria da Saúde, no caso, também a Santa Casa. “Nós vamos analisar, com carinho, a solicitação, mas me preocupa ver a que ponto se chegou, porque a prefeitura fez outro projeto de ampliação dos repasses para a Santa Casa e, conforme a direção da própria Santa Casa, quando da assinatura do contrato, foi acordado um repasse de duzentos e trinta mil reais mensais; em setembro, a prefeitura diminuiu o repasse para cem mil reais mensais, totalizando, assim, quase quatrocentos mil reais a menos, de repasse para o hospital e eu pergunto, então, a que ponto chegará a administração municipal, quando vemos que o Poder Executivo chega a solicitar antecipação de sobra de verba da Câmara, para repassar à Santa Casa de Misericórdia, revelando, desta forma, uma situação gritante, uma falta de coerência, falta de planejamento e controle de custos, portanto, o Poder Executivo de Mogi Mirim está perdido, e preserva, no cargo, a Secretária de Administração, senhora Elisanita de Moraes, que já foi condenada, em 2ª. Instância, junto com o ex-prefeito da cidade de Holambra, por improbidade administrativa”, esclareceu o vereador do PT. Por fim, falou que votaria favorável, quando da apreciação da matéria, mas questionou, novamente, a que ponto chegaria a Prefeitura de Mogi Mirim, respondendo, ele mesmo, que ao final da linha, infelizmente. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que mencionou os requerimentos que apresentou, principalmente, solicitação de convênio entre a Prefeitura de Mogi Mirim e a Faculdade de Pinhal, UniPinhal, explicando que Mogi Mirim era um dos poucos municípios de sua microrregião, que não tinha convênio com aquela unidade de ensino, impossibilitando, assim, aos estudantes mogimirianos, descontos nas mensalidades. “O convenio não traz ônus para o município”, acentuou. Comentou ainda, sugestão para manutenção da ‘lombada’, existente na rua 09, das Chácaras Sol Nascente, pedido este, aprovado na reunião do Conselho de Segurança de Mogi Mirim – CONSEG. Por fim, mencionou convite, objeto de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

requerimento, feito à Secretária de Mobilidade Urbana, Beatriz Gardinalli, para visita ao Poder Legislativo, objetivando discorrer sobre os radares móveis e fixos, que estavam instalados no município. “Somos procurados por vários munícipes, que não entendem o porquê das várias velocidades e o porquê de tão baixas, logo, vamos aguardar a presença da secretária, para suas explicações”, sublinhou e concluiu. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Este, inicialmente, agradeceu aos pares os votos que tinham permitido a aprovação de seu requerimento, que solicitava informes, oriundos da Secretaria de Saúde, sobre a falha na coleta de exames, explicando que vários munícipes tinham, frequentemente, a agenda de coleta de exames cancelada. “Algo ruim, porque o morador fica em jejum, para se preparar para o exame, e, quando está pronto para o exame, é avisado, em cima da hora, que foi cancelado, portanto, numa total falta de respeito e a resposta que dão, é relativa à falta de material de coleta”, explicou. Depois, comentou moção que apresentou, congratulando-se com o hexacampeão de Futebol Amador Primeira Divisão Mogi Mirim, o Time da Vila Dias, felicitando-se, especificamente, com a torcida, a “Camisa 12 do Time”. Na sequência, denunciou local que estava sendo utilizado para desova de animais mortos, um canal, contendo mais de vinte carcaças descartadas, entre elas, as de cavalos e de cachorros, comunicando, enfim, que tomaria providências, que iria registrar um Boletim de ocorrência – BO e que, pretendia conduzir o Delegado de Polícia e membros de ONGs de proteção animal até a área, para verificação da situação ‘in loco’. Por fim, criticou a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, suspensa por liminar, decisão esta, que não estava sendo cumprida pela concessionária de energia. Explicou que, desde 18 de outubro de 2014, por decisão judicial, a CIP não podia mais ser cobrada no município; que, mesmo assim, estava sendo cobrada, vinculada na conta de energia; que o munícipe, ao reclamar, buscava a Elektro, para uma segunda via de conta, sem a contribuição; que a Elektro não alterava a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

conta, mas orientava aos munícipes para que a pagassem, para somente depois, ingressarem com protocolo na Prefeitura; que a Prefeitura, por sua vez, mandava o munícipe retornar à Elektro, numa total falta de consideração para com o munícipe; que estava verificando se existiam multas da Elektro junto ao município, porque, se tais multas existissem, o vereador fazia questão de ver tais débitos acertados, porque, na verdade, a Elektro estava desacatando uma decisão judicial e lembrou ainda, que representantes da Elektro haviam comparecido à Câmara, para estabelecer que a concessionária estava à disposição da população, algo que não estava ocorrendo. “Faço questão de saber o valor dos débitos, quero que a Elektro pague suas multas também, porque, ao invés de ajudar o morador, desacata a determinação da Justiça”, disse e encerrou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este falou sobre os problemas da Secretaria de Saúde, destacando o descumprimento à Lei Federal 8080/1990 – Lei do SUS, que previa igualdade na assistência de saúde, sem preconceitos, ou privilégios. Assim sendo, disse-se sabedor de que problemas estavam acontecendo no setor de transporte da saúde, no quesito da coleta dos pacientes em suas residências, com graves situações ocorrendo na zona rural. Relatou que os pacientes da zona rural, quando da necessidade de utilização do transporte da saúde, não encontravam tal prestação de serviço e acabavam mesmo, sendo transportados por amigos, vizinhos e até por vereadores, narrando que ele próprio presenciara tais fatos. Colocou que o transporte de pacientes, da zona rural para a zona urbana, onde estava o atendimento, era algo primordial; que o problema deveria ser resolvido de imediato; que solicitara a presença da senhora Valdelice Moreira de Abreu Souza, Coordenadora do Transporte da Saúde, para que prestasse esclarecimentos sobre a gestão de tal transporte, em Plenário; que a saúde deixava muito a desejar e não era de agora; que os vereadores deveriam procurar caminhos e meios para a melhora do quadro; que não adiantava apenas criticar, mas eram necessárias soluções eficazes, pois acusações de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

nada adiantavam e eram coisas injustas, que era necessário mudar o quadro e que, se o Prefeito não tinha recursos, que prestasse qualquer serviço possível. Aclarou que o munícipe vinha sempre em primeiro lugar e citou o caso de uma menina, que havia falecido, vítima de uma picada de escorpião, a qual fora enviada para tratamento na UNICAMP, enquanto que o soro, que a salvaria, encontrava-se bem mais próximo, na Santa Casa de Mogi Guaçu, mas não tinha sido solicitado pelo hospital de Mogi Mirim, que tinha preferido enviar o paciente à distância de cinquenta quilômetros. Em suma, disse que defendia a instituição da Santa Casa, mas que, por outro lado, havia muito dinheiro investido na entidade, oriundo dos Governos Federal, Estadual e Municipal, passando a cifra dos três milhões de reais, e concluiu, colocando que faltava moralidade na administração da Santa Casa, para que a prestação do serviço fosse feita com qualidade, respeito e pressa ao munícipe, algo que estava deixando muito a desejar. “Toda a vez, que acontece alguma coisa na entidade, é preciso um vereador ligar, para intervir, quando isso não seria necessário, se o atendimento estivesse a contento”, encerrou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que cumprimentou os quarenta mil eleitores de Mogi Mirim, os quais haviam votado em Aécio Neves, aclarando que a cidade tinha outorgado, ao PSDB, uma votação significativa, elegendo o Governado Geraldo Alckmin, o Senador José Serra, os Deputados Federal e Estadual, Silvio Torres e Barros Munhoz. Raciocinou que o Governo do Estado seria fundamental para o próximo biênio da administração municipal, já que ela, vereadora, comparava a administração municipal à administração de Dilma Rouseff, ou seja, com muitos buracos nas contas públicas, uma administração coberta de falta de ética, enquanto o crescimento do país mantinha-se fraco, tal qual o desenvolvimento de Mogi Mirim. “Eu ouço, nas ruas, um descrédito enorme em relação ao Prefeito Municipal, descrédito que se acentua dia após dia, portanto, é preciso que as cabeças pensantes parem e avaliem o que é prioridade em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim e a prioridade é a saúde!”, exclamou e perguntou onde estava o dinheiro da cidade. “Realmente, o vereador Waldemar Marcurio coloca que há receita significativa no caixa para a Santa Casa, e é, de fato, significativa, e aos que confiaram e acreditaram no PSDB, digo que o partido será parceiro da cidade, pois já estamos discutindo isso, haja vista que deverá existir uma parceria urgente entre Mogi Mirim e o Governo do Estado, porque o Governo Estadual sabe o que está ocorrendo em Mogi Mirim e, desta forma, nós, Vereador Osvaldo Quaglio e eu, vereadores membros do PSDB, estaremos lutando, para que a cidade não afunde ainda mais e para que, nos futuros anos, estes quatro anos de gestão Stupp não atrapalhem o futuro, porque, daqui para a frente, se a coisa complicar, ainda estaremos arrumando as falhas desses quatro anos daqui quinze; os eleitores deram a Aécio e nós não os decepcionaremos”, sublinhou e encerrou. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente suspendeu a Sessão às 20h03, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 107, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público, que especifica, à 64ª CIRETRAN MOGI MIRIM e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta, desde logo, declarou seu voto favorável à matéria e, ato contínuo, passou a tecer críticas à Comissão de Justiça e Redação – CJR e os pareceres por ela emitidos, afirmando que os pareceres da CJR apequenavam a Câmara Municipal, pois defendiam o Poder



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Executivo e não o Poder Legislativo, ou seja, davam ênfase aos atos do Poder Executivo, quando o lugar, onde estavam, era o parlamento, sede do Poder Legislativo. A vereadora comentava tais assuntos, dirigindo-se ao assessor do Vereador Leonardo David Zaniboni, Presidente da CRJ, assessor Dr. Munir Mahfoud, já que o vereador presidente da CJR se encontrava ausente da sessão, por nojo. A Vereadora elevou a voz, pediu que o assessor a encarasse e lhe perguntou, se ele estava a debochar de seu discurso, pois a encarava, sorrindo. Declarou, mais uma vez, que os pareceres apequenavam o Poder Legislativo, insinuou que a redação dos mesmos vinha pronta do Gabinete do Prefeito e encerrou sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, para tomar a defesa do assessor Munir Mahfoud, afirmando que o assessor do Vereador Leonardo Zaniboni estava rindo para ele, orador, e que o ato, nada tinha a ver com o discurso da Vereadora do PSDB. “O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Leonardo Zaniboni, não está presente, então, é fácil à senhora ir à tribuna, falar muitas coisas, e não digo que está errada, no tocante ao teor dos pareceres, mas a pessoa responsável, que é o Vereador Leonardo, não está para se defender, e continuo achando que a senhora tem educação, mas faltou com a educação, porque gritou com assessor, que nada fez pra senhora e a senhora não tem este direito”, colocou o Vereador, enquanto Vice-Presidente da Câmara e membro da Mesa Diretiva; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Projeto de Lei nº 107/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 2014, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano à Senhora LAURA OLLER SOBRINHA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Decreto Legislativo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 08/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 91, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a denominação do atual logradouro Rua Professor Ferreira Lima, centro, para RUA ROSA COLOSSO ZANIBONI”. Juntamente, com *emenda aditiva* do autor. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. ***Prejudicada a apreciação do item 04, da pauta, conforme o disposto no Artigo 126, VI, do Regimento Intern***). 5. Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 278/13, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, registrando seu voto contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 19/2014; (colocado a votos, em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por onze (11) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, o Projeto de Lei Complementar nº 19/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação em segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que comentou a respeito do Requerimento nº 565/2014, de sua autoria, que reiterou o sugerido na Indicação nº 269/2013, para que a Prefeitura Municipal adquirisse uma impressora Braille. A vereadora disse que era injusto que o deficiente visual deixasse de ter acesso à leitura de documentos. “Até o carnê do IPTU deveria ser fornecido em escrita Braille, porque é dispositivo de lei federal e todos têm direito à acessibilidade”, pontuou. Com relação à votação do Projeto de Lei



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Complementar nº 19/2014, sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Vereadora aclarou que não tinha concordado com o projeto, porque era favorável à permanência da Secretaria de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos da Mulher, disse que lutava pela mulher e lembrou que Mogi Mirim sequer possuía uma Casa Abrigo, para atendimento de casos de violência, tampouco, um Centro de Referência, razão pela qual a vereadora via necessidade da Secretaria Municipal de Políticas Públicas, Cidadania e Direitos da Mulher, portanto, votara contrariamente, lembrando, para concluir, que verbas e projetos poderiam ser buscados na Secretaria Nacional da Mulher, bastando vontade política para tanto. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que registrou a inauguração da creche do Jardim Paulista, explicando que a obra estava muito ‘bacana’, muito bonita, mas faltavam os ventiladores, itens imprescindíveis no verão. O Vereador requereu à Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, que solucionasse o problema, urgentemente, e finalizou a participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que falou acerca dos radares fixos e móveis, instalados na cidade. Aclarou que ninguém ainda fora multado; que os radares tinham sido colocados para que a administração tivesse uma ideia da velocidade a ser designada para cada rua na cidade; que a Secretária Beatriz Gardinalli havia retornado em sua decisão e liberara os radares; que ela tinha sido levada para tal atitude, haja vista as enormes críticas à administração, acerca da velocidade estabelecida nas vias e acerca da distância das placas, que identificavam os radares; que a grande maioria dos radares estava em locais que não atendiam à legislação de trânsito brasileira e, portanto, no caso de infração, as multas seriam todas aniquiladas na justiça; que defendia a instalação de radares, mas dentro das corretas normas, uma vez que preferia radares à lombadas, pois radares traziam maior segurança, que, infelizmente, Mogi Mirim não tinha se encaixado dentro das normas da legislação de trânsito vigente e que, dava os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

seus parabéns à Secretária Trânsito, porque ela tinha reconhecido seu erro e retornara em sua posição. Com relação à discussão dos pareceres emitidos pela Comissão de Justiça e Redação, discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, o Vereador Osvaldo Quaglio afirmou que a CRJ era a mais importante da Câmara e que, era preciso ter cuidado, para preenchimento de suas vagas. “Numa coisa, devo concordar com Maria Helena, ou seja, que a maioria dos pareceres vem pronta, lá de baixo, do Gabinete do Prefeito, isso não sei, mas é o que parece sim, e quem comanda a CJR é o Vereador Leonardo David Zaniboni e sabemos que, normalmente, é o presidente quem dá a redação do parecer, ou a quem ele designa, e os pareceres vêm todos ‘certinhos’, como diria a ex-vereadora Marilene Mariottoni”, discorreu e finalizou. O próximo orador foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que se dirigiu ao Vereador Jorge Setoguchi, para lhe informar sobre o requerimento que pedia um convênio da Prefeitura com o Centro Regional Universitário de Espírito Santo de Pinhal. O Vereador afirmou que, há cerca de quatro meses, também buscara tal convênio; que fizera diligências a respeito, enviando o seu assessor até a cidade de Pinhal, para reuniões na faculdade; que duas reuniões haviam sido realizadas, que eram cerca de cinquenta os alunos mogimirianos, estudantes em Pinhal, e que, até o presente momento, nada se concluía, porque o próprio Centro Regional Universitário de Pinhal não havia apresentados os documentos exigidos para efetivação do convênio, requeridos pela Prefeitura Municipal, tais como, certidões e afins, porque o centro possuía ações trabalhistas, em andamento na Justiça. “O centro está com uma ação trabalhista, em andamento, não pode apresentar alguns documentos, que são necessários ao órgão público, para convênios, e com a Faculdade de Jaguariúna, tal convênio foi possível, porque aquela unidade escolar tinha toda sua documentação em correta ordem, mas a UniPinhal não conseguiu apresentar os mesmos documentos, portanto, a intenção do vereador é ótima, mas a resposta é esta, pois ainda não apresentou os documentos necessários à



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Prefeitura”, finalizou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, registrou que votara contrariamente a todos os balancetes da Prefeitura e do SAAE. “Votei e continuarei votando contra, porque há muitas dúvidas nas contas e não há como confiar, já que falta dinheiro para a saúde”, sublinhou. Prosseguindo, falou sobre a Contribuição da Iluminação Pública - CIP, frisando que ele, Vereador Cinoê, tinha votado contrariamente à taxa, bem como os Vereadores Maria Helena S. de Barros, Luiz Roberto Tavares, Luzia Nogueira e Luiz Guarnieri. “Quando o projeto esteve aqui, para a votação, todos os dezessete vereadores votaram, democraticamente, portanto, agora, assumam a responsabilidade”, pontuou. Disse ainda, que respeitava o voto de cada um dos pares. Depois, falou sobre o projeto relativo ao desperdício da água, lembrando que havia apresentado uma emenda à matéria, propiciando descontos ao cidadão que usasse de forma racional a água, com abatimentos de cinco a vinte por cento, na conta, proporcionando, assim, economia de volume, o que mais importava no momento, devido à escassez. “Apresentei a emenda, para que não falte água a ninguém e o Governo do Estado já está fazendo isso, há algum tempo, e houve uma economia e outro incentivo, bem como as multas, porque o brasileiro só sente no bolso, mas o SAAE tem que dar exemplo sobre este projeto, quando, eu mesmo vi, neste final de semana, um vazamento, localizado na Vila Bianchi, que demorou três dias para ser contido pela autarquia, haja vista o corte nas horas extras de seu pessoal”, disse e concluiu sua fala. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho que agradeceu ao Vereador Cinoê Duzo, em virtude da apresentação do requerimento, que pedia construção de uma quadra poliesportiva na EMEB Bráulio José Valentim, em Martim Francisco. Relatou que ele, orador, no início do mandato, tinha protocolado pedido para construção de uma creche, em terreno situado ao lado da citada EMEB, explicando ainda, que havia um terreno, do outro lado da EMEB, que estava sendo aterrado e que, possivelmente, poderia conter a quadra. “Espero, que no ano



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que vem, haja a conclusão das obras neste terreno e, relativo a todo benefício, que é solicitado para Martim Francisco, eu sou grato, vereador, independentemente de nossas discussões políticas, porque o benefício ao munícipe vem em primeiro lugar”, colocou. Com relação às questões de assessoria, o Vereador mencionou uma antiga discussão, ocorrida entre os Vereadores Laércio Pires e Luís Roberto Tavares, a respeito de atos do assessor do Vereador Luís Roberto, na rede social – Facebook, dizendo que entendera como justo o manifesto do Vereador Laércio Pires, porque se dirigira a outro Vereador, portanto, na mesma linha de análise, repudiava o ato da Vereadora Maria Helena Scudeler, que tinha se dirigido ao assessor, para reclamar dos pareceres da CJR, e com ele elevava a voz. “Eu concordo com a questão dos pareceres, mas a Vereadora Maria Helena deveria ter discutido com o Vereador Leonardo e não com o assessor do vereador e digo ainda, que, se algum assessor me ofender, eu vou me dirigir ao vereador dele, para que ele se dirija ao assessor”, explicou. Retomando o assunto da Santa Casa e de seu atendimento precário, o Vereador salientou que para todo o atendimento havia uma internação, algo indevido, na opinião do edil, porque a saúde tinha que fluir, com respeito e educação. Lembrou que já tinha discutido muito com médicos, enfermeiras e outros, por causa da Santa Casa, que até na delegacia já tinha ido parar e que, não lutava por si, mas pelos munícipes que lhe ligavam. “Quando o Vereador Ary Macedo era o Secretário de Saúde, eu ligava para ele, cobrando providências, e, atualmente, ligo para o Gérson Rossi, então, a saúde está um caos e proponho que, juntos, busquemos soluções, porque muitos usuários não pagam convênio, eu mesmo não pago Unimed, e faço questão de usar os serviços do SUS”, destacou. Por fim, falou sobre as últimas eleições, a polaridade entre PT e PSDB, reafirmou a amizade com os vereadores membros do PSDB de Mogi Mirim e reconheceu que o governo petista tinha seus corruptos, como o PSDB também os tinha, mas que, independentemente disso, das questões políticas e governamentais, todos buscavam o bem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

para a cidade, cada um procurando recursos, o apoio tanto federal, quanto estadual. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires que, de início, justificou o atraso nos exames da rede pública de saúde. Segundo informações da assessora Lourdes Cardoso, o atraso se dera durante três dias, porque a empresa fornecedora de materiais tinha se negado a fornecer, estando, agora, a situação normalizada. Depois, retornou ao assunto de seu desligamento da administração municipal, explicando o porquê do rompimento, ou seja, porque o ‘prefeito só fazia graça’ e passou a relatar várias situações, entre elas, as reivindicações dos taxistas de Mogi Mirim, em relação aos pontos de taxis da cidade, questão para a qual o prefeito prometera empenho, mas nada resolvera. “No primeiro dia do mandato, levei o prefeito para ver os pontos de taxis, porque eu, atendendo uma reivindicação os taxistas, pedi a padronização dos pontos de taxi da cidade, e ele foi aos pontos, tirou fotos, mas até hoje não fez nada”, explicou. Depois, o Vereador citou episódio ocorrido com os moradores do loteamento irregular Domênico Bianchi. “Lá no loteamento Domênico Bianchi, eu até discuti com o Secretário de Obras, Rogério da Silva, porque me deu ‘outro passa moleque’ e o prefeito, depois das promessas não cumpridas, voltou lá, no loteamento, para se retratar, mas não sei por que todas as obras estão estacionadas, tudo abandonado e não se meche em mais nada”, aclarou. E prosseguiu, colocando que quem apanhava era o vereador, que se mostrava perto da população, pois o prefeito era pessoa sumida, bem como era também o Secretário de Obras, ambos se escondiam da população. “Quem apanha é o vereador, porque o prefeito some e são os vereadores que dão as caras pela cidade, e o Secretário de Obras se esconde como se estivéssemos pedindo pelo amor de Deus, a população quer respeito e atenção, a presença das autoridades, e eu me defendo, explico para a população, mas existe um cidadão, vereador, cara de pau, que diz que a CIP foi projeto de vereador, ou que os vereadores aumentaram a conta de água da população, quando sabemos que não foi assim!”, exclamou.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

“Trata-se de um vereador meia boca, que não tem o que falar, joga a culpa sobre quem não tem nada a ver; um vereador covarde nos bastidores e que não joga limpo com a população e, como vereador, votou contra o aumento para o funcionário público e foi aplaudido aqui, enquanto que nós, que votamos a favor, fomos vaiados, então, ‘o cara se acha’, ‘o cara’ não joga limpo e é desonesto”, disse o edil do PPS. Finalmente, repetiu que, doravante, iria ‘bater no prefeito e defender a população’ e encerrou participação. A seguir, como os senhores Vereadores Luiz Antonio Pires Gonçalves e Jorge Setoguchi, inscritos, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Luís Roberto Tavares, que retornou para se fazer de advogado dos assessores. Explicou que sua responsabilidade sobre seu assessor se dava quando ele estava em horário de trabalho, na Câmara, e que, depois do horário laboral, nas redes sociais, o assessor era um ser humano como outro qualquer, mas que o defendia, porque a publicação, que estava na rede social – Facebook, a qual resultara num conflito entre o assessor e um vereador, não citava o nome de ninguém, nenhum vereador sequer. Em relação ao ocorrido na data, quando a Vereadora Maria Helena Scudeler, durante o seu discurso, gritara com o assessor do Vereador Leonardo Zaniboni, em Plenário, o vereador do Solidariedade afirmou que tinha ficado triste com o fato, sentindo-se como se estivesse vendo um filme antigo e que não tinha gostado da cena. “O Vereador João Gonçalves explicou e hoje, eu também li a respeito da paciência, na Bíblia, de que a paciência é um dom, o momento é o de fortalecer as pessoas mais simples e humildes e vejo no assessor Munir Mahfoud, uma pessoa humilde e sincera e eu não gostei dos gritos da vereadora”, destacou. Depois, falou sobre a CIP, explanando que a concessionária Elektro havia recebido ofício, determinando que cessasse a cobrança da taxa e ainda, que criasse uma conta corrente, onde o valor arrecadado, antes da liminar, ficasse depositado, aguardando o julgamento da ação civil pública. Destacou que pretendia se reunir com os cinco vereadores que tinham votado contra a Contribuição de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Iluminação Pública, para irem juntos até a concessionária Elektro, para conversar e constatar se a Elektro estava sendo responsável e se já estava operando a conta bancária, para depósito do valor arrecadado antes da liminar de suspensão da taxa, preferindo o vereador não esperar a visita de representantes, em Plenário, haja vista a urgência do assunto. “Estamos de passagem por aqui, vamos aproveitar a oportunidade, defender e trabalhar pelo povo Mogimiriano”, frisou e concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta, mais uma vez, registrou ao seu voto contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 19/2014, porque era contrária à criação de novas secretarias, tais como, a Secretaria de Tecnologia, embora a tecnologia fosse algo importante, e porque o atraso de muitos outros serviços era enorme, prejudicando a população, portanto, no momento, aumentar despesas e criar secretarias, na opinião da edil, era uma brincadeira de mau gosto do Poder Executivo. Na sequência, discorreu sobre essas questões, salientando que a Tarifa Social era uma promessa do Poder Executivo, que o número dos que procuravam o benefício era enorme, mas poucos acabavam subsidiados pelo programa e colocou ainda, que observava uma prefeitura que fazia muitas promessas, como, por exemplo, municipalizar a merenda, no ano vindouro, enquanto que a oradora apenas via escolas andando vagarosamente na questão das reformas, bem como creches, tais como, por exemplo, a do Parque das Laranjeiras, onde as crianças estavam sendo limpas com baldes e lencinhos e o pessoal da cozinha carregando esses baldes, por simples falta d’água, haja vista que a caixa d’água, instalada na reforma recentemente executada, era de volume inferior à demanda. “São muitos os problemas na prefeitura, atualmente, e não sou eu quem fala, basta acompanhar os jornais: fornecedores para o laboratório, com cobrança de cinco meses, ameaçando cessar fornecimento e parar o setor, porque o setor foi, praticamente, terceirizado e tudo isso me assusta, pois pergunto onde vamos parar, já que a administração continua gerando mais despesas do que receitas, e não coloca o pé no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

freio, caminha vagarosamente, prejudicando a população, diante de tudo o que foi prometido pela administração na campanha, então, por tudo isso, justifico meu voto contrário”, embasou e concluiu sua fala. A última oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que usou da tribuna para pedir desculpas ao assessor do Presidente da Comissão de Justiça, Dr Munir Mahfoud. “Quero pedir desculpas, desculpe-me, e peço desculpas a todos, pelos gritos, não foi ao assessor que me dirigi, mas que ele estava rindo, estava sim; eu estava me dirigindo à Comissão de Justiça e Redação como um todo, porque todos os pareceres não nos engrandecem, apenas nos apequenam, mas reitero minhas desculpas, pelo momento”, afirmou e finalizou. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Orlando Sechinato e Adalberto Rodrigues*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h11, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM